

# TJ-BA

**Analista Judiciário -  
Contador**



**Editais verticalizados**

Tribunal de Justiça do  
Estado da Bahia

 O que cai  
**na prova**

.....

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.  
Emprego da acentuação gráfica.  
Emprego dos sinais de pontuação.  
Emprego do sinal indicativo de crase.  
Flexão nominal e verbal.  
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.  
Domínio dos mecanismos de coesão textual.  
Emprego de tempos e modos verbais.  
Vozes do verbo.  
Concordância nominal e verbal.  
Regência nominal e verbal.  
Morfossintaxe.  
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).  
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.  
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.  
Figuras de linguagem.  
Discurso direto, indireto e indireto livre.  
Adequação da linguagem ao tipo de documento.

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio Lógico: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal,

raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.

Frações e operações com frações.

Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais;

regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

## LEGISLAÇÃO

Estatuto dos Servidores Cíveis Públicos do Estado da Bahia - Lei nº 6.677/1994.  
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia atualizado (disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2022/10/REGIMENTO-INTERNO-ATUALIZADO-EM-31102022.pdf>).

Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia - Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública.

Conceito, organização e modelos.

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais.

Poderes da Administração Pública. Poderes e deveres dos administradores públicos.

Uso e abuso do poder.

Controle da Administração Pública no Brasil.

Transparência e acesso à informação no Poder Público.

Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).

Proteção de dados pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Organização da Administração Direta e Indireta. Órgãos públicos.

Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundações públicas.

Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação espécies. Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

Processo administrativo.

Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório.

Anulação, revogação e recursos administrativos.

Sanções e procedimento sancionatório.

Crimes em licitações e contratos administrativos.

Lei nº 14.133/2021.

Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies.

Formalização, execução e inexecução.  
Duração, prorrogação, renovação e extinção.  
Revisão e rescisão.  
Convênios.  
Serviço Público: conceito, elementos.  
Concessão, permissão e autorização.  
Lei nº 8.987/1995.  
Parcerias Público-privadas (Lei nº 11.079/2004).  
Agentes públicos. Conceito e classificação.  
Organização e regime jurídico constitucional.  
Regime previdenciário.  
Responsabilidade administrativa, civil e criminal.  
Responsabilidade extracontratual da Administração.

## **CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

Conceito. Campo de aplicação.  
Regime orçamentário e contábil (patrimonial). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP: NBC TSP Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 a NBC TSP 28.  
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexo - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;  
Procedimentos Contábeis Orçamentários;  
Procedimentos Contábeis Patrimoniais;  
Procedimentos Contábeis Específicos;  
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;  
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.  
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.  
Lei Complementar nº 101/2000 atualizada (Lei de Responsabilidade Fiscal).  
Lei nº 4.320/1964.  
Lei Federal nº 10.180/2001.

## CONTABILIDADE GERAL

Normas Brasileiras de Contabilidade (aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

Lei nº 6.404/1976 e alterações.

Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Estrutura Conceitual: Conceito e objetivos, usuários e suas necessidades de informação, os ramos aplicados da Contabilidade.

Patrimônio e Variações patrimoniais: conceituação de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo, representação gráfica, equação básica da contabilidade, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.

Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras), método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos, elementos essenciais do lançamento contábil, regime de competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração.

Avaliação de Ativos e Passivos.

Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstração do Valor Adicionado.

Notas explicativas.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público. Conceito.

Finanças Públicas e Orçamento na Constituição Federal - Título VI- Capítulo II - Seções I e II.

Princípios orçamentários.

Ciclo orçamentário.  
 O orçamento público no Brasil.  
 Plano plurianual.  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias.  
 Lei Orçamentária Anual.  
 Sistema e processo de orçamentação.  
 Classificações orçamentárias.  
 Estrutura programática.  
 Créditos ordinários e adicionais.  
 Programação e execução orçamentária e financeira.  
 Descentralização orçamentária e financeira.  
 Acompanhamento da execução.  
 Alterações orçamentárias.  
 Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa.  
 Despesa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores.  
 Dívida flutuante e fundada.  
 Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/2000 atualizada.  
 Lei nº 4.320/1966.  
 Limitações das Despesas.  
 Despesa com pessoal.  
 Endividamento Público.  
 Relatório de Gestão Fiscal.  
 Transparência, controle e fiscalização.

## **ORÇAMENTO PÚBLICO**

Orçamento na Constituição Federal de 1988.  
 Orçamento público: conceito, princípios orçamentários, características e elementos básicos do orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento-programa.  
 Conceito e finalidade do controle da Administração Pública.

Controle interno e controle externo da Administração Pública e na Constituição Federal de 1988.

Lei nº 4.320/1964.

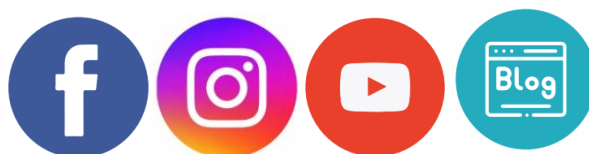
Lei Complementar nº 101/2000 atualizada (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 14.133/2021.

Decreto-Lei nº 200/1967.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**